

Para mais informações ou para enviar documentos ou informações relevantes, entre em contato:

Special Rapporteur on the right to adequate housing | OHCHR | United Nations Office at Geneva

1211 Genève 10, Switzerland
Telefone: + 41 22 917 93 68
Fax: +41 22 917 90 06

Email: tenureproject@ohchr.org
<http://ohchr.org/EN/Issues/Housing/Pages/HousingIndex.aspx>
<http://www.direitoamoradia.org>

Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada

A segurança da posse é um componente central do direito à moradia adequada. Qualquer iniciativa relacionada à habitação, seja no contexto de renovação urbana, ordenamento territorial ou de implementação de grandes projetos, seja ao lidar com as necessidades de reconstrução pós-conflitos ou desastres naturais, inevitavelmente terá implicações na segurança da posse. A ausência de segurança da posse – na lei e na prática – dificulta muito a proteção contra remoções forçadas, expondo os grupos mais vulneráveis, como habitantes de assentamentos informais, ao risco de várias violações dos direitos humanos.

PLANEJAMENTO

O estudo será finalizado até abril de 2014:

- A Fase 1 (2012-Março de 2013) consiste em um exercício de mapeamento, combinando análise legal com uma avaliação das políticas e práticas ao redor do mundo no que concerne à segurança da posse. A Relatora Especial apresentará um relatório ao Conselho dos Direitos Humanos em março de 2013, no qual fará um balanço do trabalho realizado até então e definirá as áreas prioritárias a serem trabalhadas posteriormente.
- A Fase 2 (Março de 2013-Abril de 2014) terá como meta desenvolver orientações e recomendações sobre segurança da posse, com base na realização de consultas e pesquisas. A Relatora Especial apresentará este seu relatório final na sessão do Conselho de Direitos Humanos de março de 2014, buscando, a partir daí, atrair maior atenção para o assunto.

As leis de direitos humanos determinam que todas as pessoas devem ter um nível de segurança de posse que garanta proteção legal contra remoções forçadas, assédios e outras ameaças.

- Mas quais são as exigências específicas derivadas dessa determinação geral?
- Quais são o escopo e o significado de “segurança da posse” do ponto de vista das leis internacionais de direitos humanos?
- Quais são as obrigações concretas dos Estados para garantir a segurança da posse para a população, especialmente para os setores mais pobres e vulneráveis?
- Quais são as formas de posse que existem ao redor do mundo e como elas se configuram em relação à proteção dos direitos humanos?
- Existem práticas, políticas e ações que sirvam de exemplo para aumentar e garantir a segurança de posse para todos?
- Do ponto de vista do direito à moradia adequada, o que deu certo, o que não deu e por quê?



O projeto da Relatora Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, irá explorar as questões acima. A intenção é ‘desvelar’ o conceito de segurança da posse e as exigências específicas no campo da legislação de direitos humanos a este respeito. Fundamentado em anos de práticas em planejamento urbano, políticas de moradia, além de defesa dos direitos humanos e de litigação nesta área, o Projeto terá como objetivo oferecer consultoria legal e prática sobre modos de abordar uma variedade de questões relacionadas à posse ao redor do mundo e de reforçar a segurança da posse para os mais necessitados.